



Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Marcela Maltby Rubin busca um futuro melhor para as duas filhas



Deusaídes Damásio se inspira na mãe, que faz questão de ir à urna



Melhorias na infraestrutura da cidade motiva Thalliya Maia a votar

Eleitores de diferentes idades e perfis destacam ao **Correio** o que os motiva a ir às urnas hoje. Especialistas reforçam o peso da participação cidadã na definição das políticas públicas da capital para os próximos quatro anos

Hora de decidir o futuro do DF

» LETÍCIA MOUHAMAD

Hoje, a decisão final sobre o rumo do Distrito Federal pelos próximos quatro anos está nas mãos do eleitor. Mais do que escolher quem ocupará o Palácio do Buriti, a votação de segundo turno define o modelo de gestão e as políticas públicas que vão impactar o cotidiano da capital. Após o alto índice de abstenção registrado na primeira etapa da eleição, o comparecimento aos locais de votação deixa de ser apenas uma formalidade legal para assumir o papel de maior protagonismo da cidadania. De acordo com dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 1,81 milhão de pessoas compareceram às urnas do DF na primeira etapa do pleito. No entanto, a ausência de 426 mil eleitores, o equivalente a 18,9% do eleitorado, acendeu um alerta. Lucas Cordova, cientista político pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em poder legislativo e analista da Câmara dos Deputados, avalia que o número de ausentes é superior à diferença de votos entre os dois primeiros colocados, o que torna a mobilização o fator central deste domingo.

“A democracia não depende apenas da existência de eleições, mas da capacidade de assegurar oportunidades efetivas de influência nas decisões. O cidadão precisa perceber que, mesmo não votando, será afetado pelas decisões do próximo governo”, analisa.

Para Thalliya Maia, 24 anos, o impacto da ausência do Estado é visível no cotidiano. Prestes a se tornar psicóloga e moradora do Paranoá, ela relata que a precarização de serviços, como a infraestrutura escolar em sua região, a impulsiona a participar ativamente do processo eleitoral.

“O voto é um direito que pode ampliar a sua qualidade de vida. Se você se ausenta, não pode reclamar depois sobre como o saneamento básico da sua cidade é péssimo, sendo que você abdicou do poder de mudar isso”, argumenta a jovem.

Defesa da cidadania

A percepção de que a política molda a realidade diária reflete diretamente nas projeções para esta reta final. A pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política (registro DF-08851/2026), publicada na última semana, aponta que, dos eleitores de Celina Leão (PP), 89,2% disseram que a decisão de votar nela é definitiva. No caso de Leandro Grass (PT), esse percentual de convicção é de 94,2%. A pesquisa entrevistou 1.006 pessoas de forma presencial em 31 regiões administrativas. A margem de erro é de 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos, com intervalo de confiança de 95%.

Em relação aos votos válidos, o levantamento mostra a atual governadora com 59,3%, contra 40,7% do candidato petista. Na intenção estimulada, Celina registra 54,6%, Grass aparece com 37,5%, enquanto brancos e nulos somam 5,7%, e indecisos são apenas 2,2%. A consolidação dos votos e a polarização exigem atenção redobrada à manutenção da estrutura democrática, aspecto que motiva a estudante de artes cênicas Noctis de Souza, 26. Profissional da área de beleza e moradora de Sobradinho, ela enxerga o voto como uma ferramenta de sobrevivência institucional.



Carlos Eduardo Guimarães: “O seu voto faz diferença”



Noctis de Souza: “Abster-se é aceitar o que é imposto”

Palavra de especialista

O valor da liberdade

Em meio à turbulência que caracteriza nosso processo eleitoral, um detalhe numericamente simbólico passa despercebido: realizamos a décima eleição presidencial consecutiva desde 1989. Número banal para países de tradição democrática, mas digno de destaque no Brasil, cuja República nasceu de um golpe militar e acumulou excessivas rupturas institucionais em seus 137 anos.

Esse registro histórico nos lembra que o direito de votar e de ser votado, o sufrágio, não surgiu do nada nem está indefinidamente assegurado. O chamado às urnas pode soar protocolar: cada um representa apenas um grão de areia entre quase 160 milhões de eleitores. Ainda assim, o voto permite escolher, pacifica e ordeiramente, quem conduzirá os rumos do Estado e da nação.

Eleições livres e diretas, entretanto, não bastam para garantir liberdades

civis e direitos sociais. São condição necessária, mas não suficiente, para a democracia. O alerta se torna ainda mais relevante diante da atual onda de autoritarismo: golpes tradicionais, com tanques nas ruas, foram substituídos pela erosão gradual das instituições por governantes legitimados nas próprias urnas.

Os números ajudam a dimensionar o problema. Segundo a (ONG) Freedom House, 2025 marcou o vigésimo ano consecutivo de declínio global das liberdades: 54 países registraram retrocessos, e apenas 35, avanços. O V-Dem (índice de democracia) calcula que 74% da população mundial vive sob autocracias e somente 7% em democracias liberais. Nas Américas, o International IDEA identificou, entre 2020 e 2025, 46 deteriorações em indicadores democráticos, distribuídas por 16 países, especialmente em mecanismos de controle do Executivo, competição eleitoral e independência judicial.

Esses dados não confirmam que o voto, sozinho, contenha o autoritarismo. Significam, porém, que, sem eleições competitivas e a possibilidade efetiva de

alternância de poder, a sociedade perde seu instrumento mais elementar para proteger direitos e corrigir os rumos do governo.

O cansaço com a política, tampouco, é exclusividade brasileira: pesquisa do Pew Research Center revelou uma mediana de 54% de insatisfeitos com o funcionamento da democracia em 16 países ricos, em 2026. O desencanto é compreensível; a abdicação da participação, não. Até o voto branco ou nulo expressa uma posição legítima dentro das regras do jogo.

Parafraseando Churchill, a democracia pode parecer o pior dos regimes — até que recordemos todos os outros já experimentados. Melhor que essa lembrança permaneça histórica: o Brasil não precisa provar o valor da liberdade perdendo-a novamente.

João Pedro Martins é consultor legislativo da CLDF, doutorando em ciência política na UnB e pesquisador do Observatório do Congresso (Ipol-UnB)

“Na adolescência, eu via pessoas achando que votar nulo era um ato revolucionário. É o contrário. Abster-se da política do seu país é só se conformar com o que for imposto. Não é necessariamente sobre o seu político favorito, mas sobre a defesa básica da cidadania, porque como você espera ser ouvido se não fala?”, questiona.

A preocupação com o cenário político e a relação de dependência com as cidades vizinhas também são um motor para Carlos Eduardo Guimarães, 23. Estudante de ciências sociais e morador de Valparaíso (GO), ele vota no DF e cobra maior integração de transporte e políticas públicas para os trabalhadores que cruzam a fronteira diariamente.

“O DF precisa da população do Entorno, mas a deixa completamente desassistida. Se

o seu voto não faz diferença, qual voto faz? Votar neste momento é tentar encontrar um caminho diferente, sabendo que, se a gente não tiver um papel ativo, os processos acontecem diante dos nossos olhos e a gente só fica assistindo”, defende o estudante.

A força feminina

Historicamente, as mulheres são a maioria do eleitorado no DF e, no primeiro turno, registraram uma adesão superior à dos homens: 82% delas compareceram, contra 79% do público masculino, segundo o TSE. A pesquisa **Correio**/Opinião revela que, enquanto Celina Leão domina entre os homens com 59,7% das intenções, a disputa é mais acirrada no eleitorado feminino, com a atual governadora

marcando 50,2% contra 44% do Grass.

Lucas Cordova explica que essa dinâmica tem uma raiz social profunda. Ele ressalta que as mulheres assumem uma parcela desproporcional do trabalho de cuidado e da administração familiar. “A cidadã não avalia apenas discursos ou identidades partidárias, mas a capacidade das políticas públicas de responder aos problemas que enfrenta nas filas de hospitais, no transporte e na educação infantil”, destaca o cientista político.

É justamente o peso dessas demandas cotidianas que leva a professora Marcela Maltby Rubin, 33, às urnas. Moradora do Paranoá e com duas filhas, uma delas nascida um dia após o primeiro turno, ela expressa preocupação com o déficit de aprendizagem que observa em sala de aula.

“Voto pela esperança de tentar deixar um país melhor para as minhas filhas. O caminho que a educação tem tomado me deixa um pouco desesperançosa ao ver alunos chegando ao terceiro ano com dificuldades básicas. Ainda assim, acredito que, quanto mais pessoas comparecerem, maior será o poder de escolha da população, embora eu respeite quem decida não ir ou anular, pois exercer ou não o direito também é uma escolha”, reflete.

Juventude mobilizada

Se a presença feminina é determinante, o engajamento de quem não tem a obrigação legal de votar surpreende de forma positiva. Dados do TSE mostram que 145,8 mil eleitores com voto facultativo compareceram no primeiro turno, sendo 16,8 mil jovens de 16 e 17 anos e 124 mil idosos acima dos 70 anos. Cordova classifica o dado como um sinal de consciência cívica, unindo jovens que constroem suas primeiras referências e idosos que vivenciaram períodos de restrição de direitos políticos no país.

A inserção das novas gerações no debate público é celebrada por Crispian Oliveira, 22. Morador de Ceilândia e trabalhador de cozinha, ele reforça a importância da mobilização e da pesquisa aprofundada sobre cada candidatura.

“A população mais jovem abriu o olho e viu que a política não é algo só para o pessoal mais velho. Novas pautas têm sido abordadas, principalmente na cultura e na educação, porque os jovens vivem isso na pele. Independentemente da ideologia, aprenda a pesquisar para entender o que faz mais sentido para a sociedade”, aconselha.

Em outro extremo etário, a comerciante Deusaídes Damásio, 69, personifica a estatística de sempre participar dos pleitos. A um ano de entrar na faixa do voto facultativo, ela garante que continuará participando do processo eleitoral enquanto viver, inspirada pela própria mãe, de 88 anos, que também faz questão de ir às urnas.

“Minha mãe dizia que, na sua juventude, mulher não podia votar e, quando conseguiu essa graça, arrumava-se toda, fazia cabelo e unha para ir. Eu acho o voto essencial e ligo para os meus amigos, cobrando que participem. Tem que exercer o direito para mudar o que não está bom”, opina a comerciante, moradora de Vicente Pires.

Os dados da pesquisa **Correio**/Opinião mostram ainda que o eleitorado se divide por perfis socioeconômicos e religiosos, com Celina liderando entre os evangélicos (73,7%) e Grass à frente no grupo com renda superior a R\$ 9,5 mil (48,4%) e entre os sem religião (57,1%). Há também um fator de pragmatismo na disputa local, com a candidata do PP atraindo 20,3% dos eleitores que votaram em Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022.

Para o cientista político, o contraste entre a continuidade do atual grupo político e a reestruturação proposta pela oposição coloca o eleitor diante de modelos distintos de gestão. “No final, independentemente de quem vença, o principal critério de avaliação de um governo deve ser sua capacidade de transformar propostas em resultados concretos para a população”, ressalta Lucas Cordova.